

# ASPECTOS DA VIDA COMUNITÁRIA E DA CULTURA POLÍTICA DE UM ASSENTAMENTO RURAL EM MURICI: REFLEXÕES EM TORNO DE UMA DAS COMUNIDADES VISITADAS PELA EQUIPE DA UFU<sup>1</sup> NO PROJETO RONDON EM ALAGOAS

Claudelir Corrêa Clemente<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto relata uma das experiências sociais observadas no decorrer do trabalho desenvolvido pela equipe de professoras e estudantes da UFU na Operação Centro-Nordeste do Projeto Rondon realizado entre 18 e 31 de janeiro de 2010 no município de Murici, no estado de Alagoas. Destaca a experiência vivida pelos atuais participantes da Associação de Pequenos Produtores Rurais do assentamento “Ernesto Che Guevara” que no passado foram militantes do Movimento dos Sem Terra (MST) e por meio das ações deste movimento ocuparam fazendas da cidade de Murici, reconfigurando as relações sociais locais, fortalecendo valores políticos democráticos numa cidade marcada pela desigualdade social e política. Metodologicamente utilizou-se de depoimentos, pesquisa bibliográfica e observações etnográficas, ações que permitiram um resultado analítico sobre a vida comunitária e política dos assentados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento social. Ocupação. Vida social. Cultura política.

*Aspects of community life and political culture of a settlement in rural Murici: reflections around one of the communities visited by the project team UFU in the Rondon Project in Alagoas*

**ABSTRACT:** This text reports a social experiences observed during the work developed by the team of teachers and students of UFU in Project Rondon’s Center-northeast Operation performed between 18 and 31 January 2010 in the municipality of Murici in the state of Alagoas. It emphasizes the lived experience of current participants of the “Associação de Pequenos Produtores Rurais do assentamento Ernesto Che Guevara” which in the past were militants from the “Movimento dos Sem Terra (MST)” and through the actions of this movement farms occupied the city of Murici reconfiguring the local social relations, strengthening values democratic politics in a city marked by social inequality. It was used, methodologically, informal interviews, bibliographic research and ethnography observations, actions that led to an analytical result on the community and political life of the settlers.

**KEYWORDS:** Social movement. Occupation. Social life. Political culture.

---

<sup>1</sup> A autora fez parte da equipe da Universidade Federal de Uberlândia participante do Projeto Rondon janeiro/2010, composta ainda por: Prof<sup>a</sup> Me. Patrícia Magnabosco (Faculdades de Medicina e Enfermagem) e os acadêmicos Amanda Borges, Glenda Dyonisio, Rafaela Sodrê Marques e Valéria Costa Peres (Enfermagem), Elen Angela Silva (Ciências Sociais) e Hugo Mendes Miranda (História).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora da Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (claudelir@fafcs.ufu.br).

## INTRODUÇÃO

O encontro com os moradores e lideranças do assentamento “Ernesto Che Guevara” em Murici/Alagoas, ocorrido em janeiro de 2010, despertou-me o interesse em tratar de um tema presente em meus estudos: a análise dos vínculos sociais em comunidades resultantes de movimentos sociais pela terra, em específico, a compreensão da produção de uma nova cultura política numa das etapas vividas por este tipo de movimento – o momento da ocupação. Na ocupação, podemos observar um conjunto de práticas e ações que desencadeiam transformações no nível pessoal e cultural. As pessoas são levadas a viver um tipo de experiência coletiva que as socializam dentro de um modelo comunitário.

O levantamento de dados para este artigo foi realizado em meio ao trabalho de extensão da equipe UFU envolvida na Operação Centro-Nordeste do Projeto Rondon, no município de Murici/AL, no qual permanecemos por dezesseis dias. Este tipo de atividade extensionista, por si só, fomenta um contato mais direto com as comunidades, e possibilita uma revitalização do conhecimento apreendido e ensinado em sala de aula, com isso ganhou-se em aproximação com os membros das comunidades, facilitando o desenvolvimento deste artigo desde a sua concepção até preparo do texto.

Para esta análise, utilizou-se como ferramentas metodológicas a coleta de dez depoimentos dos membros do assentamento e a observação participante na comunidade. Ambas as técnicas de pesquisa permitiu um mergulho na vida social do grupo, um contato mais direto e uma compreensão mais apurada da realidade analisada. Isso significou que os depoimentos possibilitaram a compreensão das transformações políticas processadas no nível da subjetividade e, a observação participante, propiciou uma compreensão de uma cultura política democrática no nível comunitário, ou seja, a observação das relações sociais cotidianas e do modo de vida mais as reflexões individuais revelavam que, outrora, o processo de luta pela terra, associado à ocupação e conquista da moradia, haviam reconstruído as pessoas e sua vida social.

Ao trabalho de campo no assentamento “Ernesto Che Guevara”, foram acrescentadas as pesquisas bibliográfica e jornalística. Será apresentada neste relato uma análise preliminar sobre a experiência social de “ocupação” vivida pelos assentados. Pessoas que em determinado momento de suas vidas romperam com a sujeição e traçaram um novo destino político e social a partir do engajamento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### **O MST e seu potencial de mobilização**

A grande maioria dos moradores do assentamento “Ernesto Che Guevara” foi tida como invasora de terra. O processo que levou esses assentados ao reconhecimento como pequenos produtores rurais e, coletivamente, donos de uma terra antes de propriedade privada, fez parte de um grande levante rural, ocorrido na virada para o século XXI e liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST atrai diversos segmentos da sociedade por apresentar determinadas características que o distinguem em sua trajetória de movimento social de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Uma trajetória breve, diga-se, se o considerarmos dentro de um processo histórico mais amplo, mas longa, se o compararmos com a maioria dos movimentos camponeses do Brasil, geralmente destruídos com muito menos tempo de vida.

Roseli Caldart (2001) destaca que este poder de atração está ligado a uma radicalidade do seu jeito de fazer a luta e os sujeitos que ela envolve, pois o MST afirma a ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem terra como o jeito de fazê-la. Outro fator de atração, segundo Caldart (2001), é a multiplicidade de dimensões em que o movimento atua, levando-o a desenvolver uma série de outras lutas sociais combinadas que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos, e aprofundando o processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena.

O potencial mobilizador do MST é visível em suas ocupações e ganha rápido as páginas dos principais jornais do Brasil. No ano de 2001, houve uma avalanche de notícias sobre a ação do movimento e algumas acrescentam informações a este artigo, valendo a pena citá-las:

No total, cerca de 7.000 famílias estão envolvidas nas 25 invasões realizadas em oito Estados desde 19 de março. Além de Minas e Pará, o MST invadiu fazendas em Alagoas (11), Bahia (4), Ceará (1), Goiás (2), Mato Grosso (2) e Rio Grande do Sul (2). Em Pernambuco, terra do líder Jaime Amorim, a opção desta vez foi cercar as terras em vez de entrar nelas. Lá, aproximadamente 2.600 famílias se mantêm acampadas nas fronteiras de 14 engenhos. Novas invasões de terras devem ocorrer em todo o país até o dia 17, quando o massacre de 19 sem terra em Eldorado do Carajás (PA) completa cinco anos.

A ocupação da fazenda Ideal com certeza não será a única no Pará, disse ontem Nonato de Souza, da direção estadual do MST. No dia 17, o movimento planeja realizar marchas e atos de protestos nas 23 capitais dos Estados em que está organizado (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).

No mapa das ocupações de 2001, encontravam-se fazendas do município de Murici, em Alagoas, e para lá convergiram um contingente de militantes do MST que, após conflitos com o poder local, conquistaram a posse da terra e constituíram o atual assentamento “Ernesto Che Guevara”.

Para uma melhor compreensão da importância do assentamento enquanto exemplo de organização civil e cidadania na região, passaremos a expor alguns dados sobre o município de Murici, sua localização geográfica e seu perfil social e político.

### **Cenários da luta por reforma agrária: a cidade de Murici**

O Município de Murici está localizado na Zona da Mata alagoana com uma população

estimada em 25.964 mil habitantes. A cidade está a uma distância de, aproximadamente, 44 km da capital Maceió. Murici é uma terra de solos ricos, com abundância de água. Concentra a maior área contínua de Mata Atlântica do Nordeste (com cavernas, cachoeiras, flora e fauna variadas), protegida por lei federal, denominada Estação Ecológica de Murici.

Cavalcanti e Barros (2006. P. 220) observam que:

a importância ecológica do território denominado de Complexo Florestal de Murici (CFM) começou a crescer após os anos 1980/90, e intensificou-se bastante neste começo de século, sendo veiculada em programas educativos televisivos, em telejornais locais e nacionais, além da imprensa escrita em níveis local, nacional e internacional. Na região do CFM são encontrados alguns dos remanescentes florestais mais importantes do Nordeste acima do rio São Francisco. Na historiografia é possível encontrar referências sobre a exuberância e cobiça das matas alagoanas, tidas desde os primeiros relatos dos colonizadores como as melhores porções para fornecimento de matéria-prima na fabricação de embarcações e para outros fins.

A região sempre ofereceu condições propícias para a agricultura. Em 1892, a cidade de Murici passa integrar o complexo de produção açucareira alagoana. Dez anos depois, em 1902, o município já contava com 67 engenhos de produção de açúcar.

Este cenário açucareiro perdura até os dias de hoje, sendo possível, ao se percorrer a rodovia BR-104 que liga o município a capital Maceió, identificar as áreas que são ocupadas pela produção de cana-de-açúcar.

Apesar da sofisticação tecnológica que refinou a produção açucareira brasileira, a partir do século XX, tal evolução não esteve associada à melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores e nem à preservação da Mata Atlântica. O que se observa é que monocultura de açúcar deixou marcas de destruição da área florestal e de desigualdade social.

Atualmente a população, em sua maioria, realiza trabalho informal, possuem empregos temporários ou lidam com o corte de cana de açúcar, com fogos de artifícios (período junino); outros prestam serviço para a prefeitura.

Para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Murici é um município de pequeno porte e está em gestão básica, possui um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), com 3.500 famílias referenciadas com o atendimento anual de 750 famílias. A cobertura do Programa Bolsa Família é de 101,35%, 3.583 famílias estão cadastradas no programa e o valor total de recursos é da ordem de R\$ 3.256.747,00. Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC) contempla um total de 910 beneficiários, sendo 656 pessoas com deficiência e 254 idosos. O valor de recursos repassados chega R\$ 1.632.820,00.

O município, segundo dados do IBGE de 2006, possui PIB per capita de 3.315 e seu IDH é de 0,58%, segundo dados de 2002.

De acordo com o MDS 2009, a estimativa de famílias pobres e em situação de extrema vulnerabilidade no município é de 3.535, e o percentual de pobreza atinge 56%, ou seja, mais da metade da população.

A população, em sua maioria, se concentra na área urbana. Segundo fonte do MDS de 2005, 71% é a taxa de urbanização (percentual da população total residente na área urbana e 29% é a percentual de pessoas residentes na área rural).

No tocante à qualidade de vida e à inclusão social, observa-se que os assentados do “Ernesto Che Guevara”, gozam de mais dignidade e cidadania em relação aos muricienses das áreas urbanas. Mesmo sob a mesma condição econômica (assentados e demais trabalhadores urbanos são pertencentes à classe baixa), observa-se que o trabalho, o uso da renda, as relações familiares e comunitárias são significativamente mais igualitárias entre assentados da comunidade “Ernesto Che Guevara”.

As análises de Cavalcanti e Barros (2006, p. 225) sobre o município confirmam a observação acima:

de um modo geral, encontramos mais apatia e resignação entre os moradores da área urbana, e maior engajamento e altivez da parte dos assentados. Estes últimos constantemente se referiam à necessidade que sentem de “projetos”, outro modo de se falar em recursos, verbas e programas assistenciais do governo. As ideias sobre o meio ambiente natural também são bem mais presentes nos assentamentos que entre os residentes do espaço urbano.

Essa postura consciente, cidadã e comunitária deve-se, sobretudo, a um passado de engajamento e lutas políticas dos assentados, que os educou com lições de uma nova cultura política constituída a partir de exemplos dos movimentos sociais brasileiros.

### **Um laboratório de novas experiências sociais: lições de cultura política**

O assentamento “Ernesto Che Guevara” é resultado do levante rural aqui descrito e promovido pela MST em 2001. Atualmente, o assentamento é composto de 80 famílias. Possui um conselho com 12 integrantes e um presidente conhecido pela comunidade como Bel.

O convite para conhecermos o assentamento ocorreu numa feira de produtos agrícolas, que acontece às quintas-feiras, num galpão próximo da BR-104, em Murici. Lá fomos apresentados à Teinha, uma das lideranças do assentamento, que nos convidou a visitá-los a qualquer hora e dia. Assim, em um dia de sol escaldante, montados em motos-táxi, fomos para os lados do assentamento.

Logo que chegamos fomos atendidos por uma família de agricultores, habitantes de uma das casas que se localizam logo na entrada do assentamento. Percebemos, ao entrar, que as casas e áreas de cultivo eram mais bem cuidadas se comparadas com as vizinhas não pertencentes ao assentamento. Na vizinhança, as moradias eram ruínas em forma de casa, muitos buracos pelas paredes, criança vestidas com roupas desgastadas ou seminuas à frente da moradia com aspecto de desnutrição,

mulheres lavando roupas no rio e homens aparentemente desolados sentados à rua. Boa parte desses vizinhos do assentamento eram trabalhadores da economia informal dos fogos de artifício, já havíamos visto parte deles nas ruas de Murici e alguns participaram das oficinas do Rondon.

Quando adentramos as terras do assentamento foi uma surpresa em relação a tudo que havíamos visto em Murici, o verde bem cuidado do Complexo Florestal, a organização do trabalho que se expressou na prontidão que o Sr. Jeildo (agricultor responsável pelo viveiro de mudas) nos atendeu e nos ciceroneou pelas terras do assentamento. Jeildo é também técnico de turismo e nos explicou que estava cuidando do plantio de mudas porque o assentamento havia recebido um financiamento do Banco do Nordeste para ações de sustentabilidade na região. Nas suas palavras, “o terreno é fértil e tudo que planta dá, por isso o sucesso na feira da cidade” (Jeildo)

Pouco a pouco fomos conhecendo outros moradores, alguns nos serviam água de côco, outros queriam saber de onde vínhamos. Provocamos certo frenesi, que foi sendo substituído por conversas focadas na história da ocupação daquelas terras e no trabalho cooperativo do grupo.

O assentamento é dividido em três partes territoriais e cada uma delas possui uma agrovila que produz os alimentos de subsistência dos assentados e produtos agrícolas a serem vendidos à população em geral. Em depoimento, o Sr. Bel lembrou que a ocupação daquelas terras fora bem difícil, ali funcionava a Fazenda São Geraldo, ou PACAS, denominação que também é utilizada por moradores e demais munícipes quando se referem ao assentamento. Para conquistar aquele espaço os militantes num primeiro momento ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou por sete vezes o local e sofreram por sete vezes o que chamam de despejo, ou seja, sete vezes retirados do terreno sob força policial.

Sobre este período, o jornal Folha de São Paulo, em reportagem sobre a luta por terra no estado de Alagoas, realça o clima de tensão presente nas ocupações e reforça o que o Sr. Bel relatou. Assim descreve o jornal:

Um confronto entre 80 famílias do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e 80 famílias do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), em Joaquim Gomes (a 80 km de Maceió), ontem, acabou com um sem-terra ferido por um tiro. Os grupos disputam a invasão da fazenda Riachão, da falida Usina Agrisa, ocupada pelo MLST desde outubro de 2004. A área deve ser desapropriada até o fim de outubro, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Alagoas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005).

Não fugindo a regra daquele contexto rural, os assentados do “Ernesto Che Guevara” permaneceram por três anos acampados até o INCRA desapropriar a fazenda e reconhecê-los como assentados.

De acordo com o Atlas da Questão Agrária Brasileira (2008):

a luta pela terra e a conseqüente criação de assentamentos é uma forma de recriação do campesinato. As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem

a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa.

As ações de ocupar e resistir incidem contundentemente sobre o autoritarismo político e social presentes na cultura brasileira. Até porque, a questão da cultura democrática assume um caráter crucial no Brasil e na América Latina como um todo. Esta é uma sociedade na qual a desigualdade econômica, a miséria e a fome são aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais, o que podemos chamar de autoritarismo social (DAGNINO, 1996). Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade.

Nessa perspectiva, as áreas ocupadas são principalmente latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais, em que leis ambientais e trabalhistas tenham sido desrespeitadas. De modo geral, as propriedades ocupadas são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da função social da terra, definida no artigo 186 (27) da Constituição Federal. Como o Estado não apresenta iniciativa para cumprir a determinação constitucional, os movimentos socioterritoriais agem para que isso aconteça. Ultimamente, além de lutar contra o latifúndio, os movimentos socioterritoriais camponeses iniciaram a luta contra a territorialização do agronegócio em suas formas mais intensas e por isso as ocupações têm ocorrido em áreas de produção de soja transgênica, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto (ATLAS, 2008)

A organização e a ocupação dos movimentos rurais rompem com esse tipo de ordenamento social autoritário e, por meio de ações coletivas, trazem para o centro das disputas políticas o interesse de uma coletividade até então subestimada por ser composta de pobres pequenos produtores rurais.

Em ocupação ou luta social o sentido de comunidade é redescoberto, da maneira como Martin Buber descreve ao dizer que:

comunidade consiste em uma multidão de pessoas que não estão mais lado a lado, mas umas com as outras. E esta multidão, embora se movimente na direção de um objetivo, experimenta, no entanto por toda a parte uma virada para os outros, enfrentamento dinâmico com os outros, uma fluência do Eu para Tu (BUBER apud TURNER, 1978 p.154).

## CONCLUSÃO

Observa-se que a luta social propicia a vivência do “nós”, importante para a continuação do grupo. Um “Nós”, em detrimento do “Eu” e do “Eles”, na luta pela terra e pela dignidade. Atitude

coletiva causada pela solidariedade que por sua vez é causa do “Nós”, que por decorrência constitui a autonomia.

O viver comunitário, para o movimento que constituiu o assentamento “Ernesto Che Guevara”, não era só se reunir, mas tomar decisões coletivas, se posicionar, sendo difícil aceitar qualquer tipo de autoridade que pretendesse ser centralizada. Exercitavam aquilo que Boaventura de Sousa Santos (1996) chama de “autoridade partilhada”.

Esse exercício da cidadania leva também a uma nova concepção de direitos, quando o indivíduo passa a compreender que tem direito a ter direitos e sente-se responsável na construção e no fortalecimento desses direitos.

Dagnino (1996) chama atenção sobre outro aspecto que segue ao direito a ter direitos, é que, ao contrário de uma cidadania liberal, a cidadania construída nestes movimentos, não se vincula a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política progressiva dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica e política indispensável à instalação do capitalismo. A cidadania produzida por estes movimentos requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram serem seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento.

Assim, posicionam-se coletivamente frente as autoridade. O embate político leva a um processo de constituição de sujeitos. Para Dagnino (1996) no “tornar-se” cidadão, na difusão de uma “cultura de direitos”, promove-se uma nova proposta de sociabilidade, com um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis.

Com os assentados pudemos tomar contato com a memória das ações desencadeadas pelos movimentos rurais reivindicantes da reforma agrária. Por meio da história social do movimento precursor destes levantes rurais, o MST que há 25 anos atua no cenário rural, observamos o exercício de um conjunto de relações sociais que, de alguma maneira, incidiram sobre o autoritarismo observado no campo.

Por fim, estes movimentos crêem no poder da força comunitária para constituição histórica do grupo. Grande parte valoriza os laços interpessoais, a solidariedade, a ajuda mútua, a participação entre iguais, as decisões tomadas coletivamente etc. Características que se contrapõem a valores fundamentais do capitalismo (competitividade, individualismo, atomização da existência etc.) e à tradição política brasileira (centralização de poder, populismo, paternalismo etc.). Esses movimentos, sejam eles urbanos, rurais ou operários, organizados com base no modelo comunitário, promovem mudanças significativas no plano da cultura política.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos o apoio ao projeto da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX/ UFU e do Ministério da Defesa, em específico da equipe responsável pelo



Projeto Rondon. Nossos agradecimentos estendem-se à equipe de professores e estudantes da UNISANTA (Santos/SP), parceiros no trabalho em Murici, em especial o apoio da Prof<sup>ta</sup> Dr<sup>a</sup> Mara Magenta que organizou a visita ao assentamento Ernesto Che Guevara.

## REFERÊNCIAS

ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/ner/atlas/luta\\_pela\\_terra.htm](http://www4.fct.unesp.br/ner/atlas/luta_pela_terra.htm). Acesso em: 30 jan. 2010.

CALDART, Roseli Salette. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CAVALCANTI, B. C., BARROS, R. R. de A. Desejos de cidade: imaginários urbanos em assentamentos rurais numa área de reserva de mata atlântica brasileira. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 217-235, 2006.

CLEMENTE, C. C. **Apreciando o movimento**: uma cartografia da zona leste de São Paulo. Dissertação de mestrado defendida na PUC/SP 1998.

DAGNINO, E. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO, de 4 de abril de 2001 (Caderno Brasil). Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO de 30 de setembro de 2005 (Caderno Brasil). Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

ROSA, M. C. Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco. **Tempo Social**. 2009, São Paulo, v. 21, n.1, p. 157-180.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURNER, V. **O processo ritual**. São Paulo: EDUSP, 1978.

Submetido em 10 de fevereiro de 2010

Aprovado em 8 de abril de 2010